

Macabéa

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

“DO MULTILINGUISMO GENERALIZADO AO MULTILINGUISMO LOCALIZADO”: POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL¹



"FROM GENERALIZED MULTILINGUALISM TO LOCATED MULTILINGUALISM": POLICIES FOR THE REDUCTION OF LINGUISTIC DIVERSITY IN THE LINGUISTIC SOCIAL HISTORY OF BRAZIL

GREDSON DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 09/05/2019 • APROVADO EM 31/05/2019

Abstract

Brazil is a highly plurilingual country with more than two hundred languages spoken today. Despite this, his linguistic history is marked by glotocides policies. The result is that, of the 1275 languages that are estimated to have been spoken before the arrival of the colonizers (RODRIGUES, 1993) throughout the territory, the remaining ones are mainly concentrated in northern Brazil and coastal areas in the northeast and in the southeast they have a scarce presence of indigenous languages. This historical process was characterized by the linguist Mattos and Silva (2004) as a process that implied in the change from a scenario of "generalized multilingualism" to a current framework of "localized multilingualism". Based on this

proposition, the essay presented has the main objective of commenting on two cases of applied linguistic policies in the northern region of Brazil that contributed to the reduction of the linguistic diversity of the country.

Resumo

O Brasil é um país altamente plurilíngue, com mais de duas centenas de línguas faladas hoje. Apesar disso, sua história linguística é marcada por políticas glotocidas. Assim, das 1.275 línguas que, estima-se, eram faladas antes da chegada dos colonizadores (RODRIGUES, 1993), em todo o território, as que restaram estão principalmente concentradas na região norte do Brasil e áreas litorâneas no nordeste e no sudeste apresentam presença apenas escassa de línguas indígenas. Esse processo histórico foi caracterizado pela linguista Mattos e Silva (2004) como um processo que implicou a alteração de um cenário de “multilinguismo generalizado” para um quadro atual de “multilinguismo localizado”. A partir dessa proposição, o ensaio que se apresenta tem como objetivo central comentar dois casos de políticas linguísticas aplicadas na região norte do Brasil que contribuíram para a redução da diversidade linguística do país.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Multilingualism. Glotopolitics. Social linguistic history of Brazil.

PALAVRAS CHAVE: Multilinguismo. Glotopolíticas. História social linguística do Brasil.

Texto integral

INTRODUÇÃO

Considero uma tarefa nobre e de grande responsabilidade, que muito me honra, produzir um texto cuja finalidade é homenagear a professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, por quem tenho um carinho enorme e de quem tive o privilégio de ser aluno quando fiz os cursos de mestrado e doutorado na Universidade Federal da Bahia. Sendo assim, o principal objetivo deste texto é retomar uma proposição colocada em um dos vários trabalhos produzidos pela professora e oferecer alguns comentários que tentam aprofundar o debate iniciado em uma das seções do texto *Português Brasileiro: raízes e trajetórias*.

Tendo feito um levantamento da produção de Mattos e Silva quanto às suas investigações sobre a história da implantação, (re)estruturação e difusão da língua portuguesa no território brasileiro, a professora Tânia Lobo (2015), em trabalho intitulado *Rosa Virgínia e a história social lingüística do Brasil*, observa que uma dezena de textos compõem o conjunto da produção da autora sobre a história social linguística do Brasil. Publicados entre os anos de 1993 e 2004, em diferentes veículos, nove desses textos foram reunidos no livro *Ensaio para um sócio-história*

do português brasileiro, publicado em 2004. Lobo (2015, p. 69), observa também que esse o conjunto de dez textos cobrem, de modo geral, cinco grandes proposições para o estudo da língua portuguesa no Brasil, quais sejam:

1) A história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro; 2) O português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação; 3) Na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro; 4) Africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formatadores do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro; 5) O passado sócio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do português brasileiro «heterogêneo e variável, plural e polarizado» da atualidade. (LOBO, 2015, p. 69).

Quanto à primeira dessas cinco proposições – objeto deste ensaio –, podemos dizer que a posição de que a história linguística do Brasil inclui, para além da língua portuguesa, muitas outras línguas – indígenas, africanas e europeias – perpassa, com maior ou menor enfoque todo o conjunto de textos que compõem o volume dos *Ensaio*s. Com isso, é possível afirmar que essa primeira proposição, mais do que o registro de um fato, de uma verdade histórica do Brasil (muitas vezes ignorado ou silenciado mesmo em estudos sobre o português brasileiro), é um corolário na interpretação que Mattos e Silva oferece sobre a história social-linguística do Brasil.

Nesse sentido, no texto que abre o volume dos *Ensaio*s, intitulado *Português Brasileiro: raízes e trajetórias*, Mattos e Silva (2004 [1993]) caracteriza como “politicamente assimétrico” o “processo de encontro entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro africanas, depois as línguas de imigrantes”. Observa também que diversos autores forneceram contribuição ao estudo da língua portuguesa, mas que – àquela altura – ainda estava por se completar uma reconstituição da história linguística do Brasil que conjugasse informações sócio-históricas, demográficas e linguísticas (do presente e do passado) a um só tempo.

Nesse mesmo texto, Mattos e Silva, após a introdução, abre a discussão pondo como subtítulo a expressão que é parte do título deste trabalho: *Do multilinguismo generalizado ao multilinguismo localizado: a emergência de uma língua nacional*. O percurso argumentativo trilhado pela autora nessa subseção se compõe de três formulações principais: i) a trajetória de dizimação das populações indígenas, em que a autora mostra como o processo colonizador, do ponto de vista linguístico, representou, desde o seu início, o glotocídio de milhares de línguas autóctones; ii) a trajetória de escravização das populações africanas, que coloca em cena um conjunto numeroso de línguas provenientes de diferentes áreas do continente africano, que não se estabeleceram no território brasileiro mas que certamente contribuíram para a

reestruturação do português falado no Brasil; iii) a emergência da língua nacional, vista por ela como resultado de um percurso “convergente”, nestes termos:

É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes gerais mais ou menos africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem traços característicos do português brasileiro, língua nacional. (MATTOS E SILVA, 2004 [1993]).

Como se vê nessa declaração, assim como em várias outras passagens dos *Ensaio*s, Mattos e Silva considera que o português brasileiro, mais do que influenciado pelo “contato” com línguas africanas e indígenas, foi reestruturado em razão da constituição multiétnica da população brasileira – aspecto que coloca os estudos da demografia histórica brasileira como uma fonte indispensável para a compreensão da capilarização da língua portuguesa num território tão vasto e tão multilíngue como o Brasil.

No que tange especificamente à trajetória indígena – particularmente quanto à questão do glotocídio – procurarei, num esforço tentativo de aprofundamento da argumentação de Mattos e Silva, defender aqui que, entre os fatores que estabeleceram o caminho brasileiro do “multilinguismo generalizado ao multilinguismo localizado” atuaram ao menos duas políticas de redução da diversidade linguística do Brasil: i) a política jesuítica de standardização do tupinambá (a língua mais falada na costa brasileira, como a caracterizou o Padre Anchieta) e de uso de línguas gerais nas suas missões; ii) a política de imposição da língua portuguesa nas reduções indígenas (decorrente de um projeto de “civilização” dos índios no século XVIII).

A abordagem que se fará aqui será dividida em mais três partes: *A história social linguística do Brasil é uma história de suas glotopolíticas*, em que principalmente tratarei do conceito de “política linguística” assumido neste trabalho; *Políticas de redução da diversidade linguística*, em que pretendo caracterizar cada uma das políticas de redução do plurilinguismo brasileiro e *Considerações finais, ou: o multilinguismo persiste*, em que noticiarei algumas políticas de preservação da diversidade linguística empreendidas nos últimos anos no Brasil. Após essas seções, seguirão as *Referências* que deram embasamento este texto.

A HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL É UMA HISTÓRIA DE SUAS GLOTOPOLÍTICAS

Segundo Hamel (1988), Calvet (2007) e Lagares (2018), o termo “política linguística” pode ser aplicado tanto para designar: a) a área de estudos no âmbito da Sociolinguística que estuda as línguas em sua dimensão sócio-política; b) a ação – principalmente de cunho estatal – que tem como alvo modificar, influir ou interferir na

utilização de uma língua ou mais por parte de uma população. Nesta segunda acepção, uma política linguística implica elementos como planejamento, gestão, padronização, difusão, imposição ou mesmo proibição do uso de línguas. Hamel (1988, p. 42) considera que, num sentido estrito, política linguística (que ele chama de “política de linguagem”) pode ser entendida como um conjunto de ações oficiais – dentre diversas disponíveis – tomadas em relação a uma língua. Nesses termos, o autor considera que se pode entender uma política de língua como tendo um caráter externo, um interno e um pedagógico.

Uma política linguística possui um caráter externo, ainda segundo Hamel (1988), na medida em que, num contexto de multilinguismo, procura definir os usos e as funções de caráter público de cada uma das línguas utilizadas no contexto de aplicação da política. Quanto ao caráter interno, este diz respeito aos processos de elaboração daquilo que Calvet (2007) chamou de instrumentos da política linguística, ou de ação sobre o *corpus* da língua. Nesse caso, por exemplo, estão a criação de um alfabeto, a normatização ortográfica e a elaboração de gramáticas e dicionários. Podemos incluir aí também a própria criação de academias de língua, de guias de produção de conteúdo escrito, como manuais de redação oficial. O caráter pedagógico de uma política linguística, a partir dos instrumentos, diz respeito às determinações relativas às estratégias e aos programas de ensino que se podem definir em torno de uma ou de outra língua – nesse contexto, até a ação do professor de língua, quando corrige um aluno, ganha um caráter de ação oficial, já que regulada por força de lei (LAGARES, 2018).

Tomando essas considerações, entendemos aqui que podem ser encaradas como políticas linguísticas de caráter externo, no sentido que propõe Hamel (1998), na história linguística do Brasil: i) a proposta de caminha relativamente à aprendizagem de línguas indígenas (basicamente o tupinambá), por parte dos degredados, e a assunção dessa proposta pelos jesuítas como modo de viabilizar a cristianização de populações indígenas; ii) a prescrição, no *Directorio dos índios*, de uso exclusivo da língua portuguesa por parte dos índios que integravam as missões; iii) a proibição, via decreto de Nacionalização do Ensino, das línguas nativas dos imigrantes do século XIX e XX; iv) as ações de co-oficialização de línguas empreendidas recentemente em diferentes cidades do Brasil. Em todos esses casos, observamos uma ação política que atribui, define (limita/impõe/proíbe/amplia, conforme o caso) funções sociais para a(s) língua(s) num contexto plurilíngue em que o “conflito linguístico” traduz a tensão entre os povos que disputam poder no espaço da nação.

Cada uma dessas políticas têm desdobramentos específicos quanto às línguas que elas tomam como alvo. A política linguística praticada pelos Jesuítas, por exemplo, tem também um caráter interno na medida em que faz a codificação em termos de instrumentos (uma gramática, um catecismo, um vocabulário) de uma língua eleita como meio de comunicação geral entre os colonizadores/evangelizadores e as populações indígenas e entre diferentes grupos étnicos indígenas. Ela também tem um caráter pedagógico, na medida em que os instrumentos da codificação do tupinambá criaram uma padronização e permitiram o ensino para outros padres jesuítas e para grupos indígenas “integrados” falantes de outras línguas que não a mais geral da costa.

Tomados em conjunto, os três aspectos que marcam uma política linguística resultarão no que se chama de planejamento linguístico, tecnicamente o próprio instrumento de intervenção estatal que visa a interferir numa situação linguística – ou

(por que não?) na vida (linguística) de um grupo populacional. Calvet (1994) classifica esse tipo de intervenção como política linguística *in vitro*, uma vez que tem como principal característica ser elaborado independentemente da dinâmica de vida das populações-alvo e mesmo das próprias condições/circunstâncias objetivas de implantação (imposição!) desse tipo de política.

Nesse aspecto teórico-metodológico particular, considero que a proposição de Mattos e Silva (2004) de que é preciso produzir uma interpretação da história social linguística brasileira que conjugue aspectos demográficos, sócio-históricos e linguísticos, é, numa instância mais geral, uma proposta de exame das políticas linguísticas havidas na história do Brasil. Assim tomada, a proposta interpretativa de Mattos e Silva (2004) da realidade linguística brasileira, mormente a dos povos dizimados, sequestrados, subjugados (mas que resistem), encontra, nas palavras de Hamel (1988, p. 44), uma contraparte:

Esto es: la política del lenguaje funciona siempre como intervención que transforma la experiencia colectiva e individual de una comunidad, experiencia que se cristaliza en un complejo sistema de símbolos lingüísticos y extra-lingüísticos. Em este sentido, la política del lenguaje forma parte de la historia social e lingüística de un pueblo. Dado que la reconstrucción de estos procesos constituye el principal objetivo del estudio acerca de la política del lenguaje, queda em evidencia que una investigación de esta natureza tenderá que ser interdisciplinaria incluyendo a disciplinas como la historia, la ciencia política y la sociología/antropología, además de la lingüística,

É com base nesses princípios que Mattos e Silva (2004, p. 58), ao considerar os campos da investigação sobre o português brasileiro, propõe o termo “história social linguística” do Brasil como um campo de investigação fundado na história social do Brasil, que implica uma linha de estudos que não admite uma separação entre língua (e sua história) e sociedade. Se se entende que isto é também um estudo no campo da política das línguas, a proposta é, no fundo, uma pesquisa *glotopolítica*, nos termos de Lagares (2016).

Após fazer uma revisão sobre a utilização do termo na área por diversos autores, Lagares (2016, p. 41-45) propõe que a perspectiva glotopolítica – enquanto campo de estudos – consiste: a) numa análise que impõe a tomada de partido nas lutas políticas da linguagem, assumindo, numa perspectiva democrática, as implicações éticas decorrentes da pesquisa; b) no questionamento da língua como entidade discreta. Ela tem que ser abordada como construto social e discursivo, vinculado às lutas pelo poder em uma sociedade; c) na quebra dos limites conceituais entre o linguístico e o social.

Assim, assumindo uma compreensão de que a pesquisa sobre a história social linguística do Brasil é, no fundo, uma investigação histórica das glotopolíticas sobre as línguas colocadas na condição de minoritárias, seguindo de perto Hamel (1988), compreendo, pois, que o “processo de encontro entre a língua portuguesa, língua de dominação, [...] com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui

chegadas”, nos termos de Mattos e Silva (2004, p. 11), é, em verdade, um processo de choque, de conflito linguístico, tecnicamente definido por Hammel (1988, p. 52) como um conflito intercultural, fundado na diglossia:

Cuando hablamos *conflicto* linguístico, opomos este concepto al muy conocido de *contacto* entre lenguas (Weireinch 1953) para enfatizar el carácter de lucha e contradicción del causal forma parte la relación linguística.

[...]

Además, me parece importante señalar que cuando hablamos de conflicto linguístico nos referimos, por supuesto, no a una lucha entre lenguas sino entre grupos diferenciados por factores socioeconómicos, étnicos y/o socioculturales. Para ellos sus lenguas respectivas pueden transformarse, como objeto e instrumento. Detrás de estos conflictos abiertos se ubica siempre la cuestión del *poder* (cf. Sierra, 1987b). La diglosia, por tanto, se refiere a una relación de poder entre grupos sociales. La institucionalización y legitimación de una lengua (y um discurso) em eun ámbito determinado se da em virtud del poder del que dispone el grupo linguístico en cuestión.

Essa observação de Hamel (1988) evidencia o choque cultural, consequentemente linguístico, que marcou a história linguística do Brasil. Na seção que segue, traremos de dois momentos específicos da história colonial brasileira cujas ações políticas colonizatórias/catequizadoras sobre os povos indígenas alcançados pelos representantes da coroa portuguesa no Brasil foram decisivas para o desaparecimento de várias línguas autóctones faladas no território brasileiro.

O PASSADO MULTILÍNGUE E AS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A seção não pretende fazer um exame aprofundado das políticas linguísticas empreendidas ao longo da história colonial brasileira. É antes uma exemplificação de políticas que influíram no destino de línguas indígenas no Brasil colonial.

PRIMEIRA POLÍTICA DE REDUÇÃO: “CRIAÇÃO” E DIFUSÃO DE LÍNGUA GERAL

Num trabalho intitulado *Língua imaginária e língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem*, Orlandi e Souza (1988, p. 27) estabelecem que a *língua fluida* é a que se pode observar nos processos discursivos situados historicamente que concorrem para a produção de formas e sentidos codificados textualmente. Na perspectiva das autoras, o tupi (como qualquer outra língua, indígena ou não) é uma língua fluida. Do conceito podemos inferir que uma língua fluida não se deixa reduzir em razão de um mero instrumento de ações políticas exteriores à sua

existência situada. Uma língua fluida, pois, possui uma amplitude de usos e de funções cuja compreensão, cujo manejo dependem fundamentalmente da vivência dos sujeitos num universo cosmológico e cultural único, intransferível, incontornável nos limites de um enquadramento teórico qualquer, especialmente se feito por um estrangeiro.

Sendo assim, impossibilitados de lidar com as línguas fluidas existentes no território invadido, os operadores do processo de colonização teriam fatalmente de atuar glotopoliticamente no sentido de estabelecer uma relação assimétrica ente a sua língua/cultura/cosmogonia e a dos nativos, colocados estes em posição inferior. É nesse sentido que, considerando o chamado tupi jesuítico, Orlandi e Souza (1988, p. 28) formulam um segundo conceito, o de *línguas imaginárias*: “as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam fluidez e se fixem em línguas originárias”. A língua imaginária, segundo a autora, não é menos real do que a língua fluida. Na verdade, ela é uma modelação da realidade. Ela é um *objeto*. Ela passa ser uma disciplina.

Nesse sentido é que o chamado tupi jesuítico (ou o que foi codificado/reduzido/modelado/categorizado na *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*) é uma língua imaginária, resultante de uma primeira política linguística instalada no território, que, embora considere certa legitimidade de uma língua *da terra* (no caso, o tupinambá), faz isso instaurando a assimetria entre ela e as demais, uma vez que

neste contexto de aculturação e etnocentrismo, o próprio fato de ter-se erigido o tupi como modelo, como verdadeiro exemplo (“típico”) das línguas indígenas do Brasil já é uma forma de redução e apagamento que também tem razões e consequências históricas importantes. (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 31).

Assim, em termos gerais assumiremos aqui que, na história social linguística do Brasil, materializaram uma primeira política de redução do multilinguismo a) a elaboração de uma gramática do tupinambá, bem como reduções daí decorrentes na forma de catecismos e outros instrumentos do trabalho religioso, b) o desenvolvimento e o estímulo ao uso de línguas gerais, ainda que neste último caso aceitemos a proposta de Rodrigues (1996) de que a língua geral paulista (LGP), a língua geral amazônica (LGA) e o guarani crioulo são resultantes de uma situação sociolinguística especial decorrente da miscigenação de entre homens portugueses e mulheres indígenas e expandidas pelo uso dos bandeirantes.

Em específico, podemos considerar a história linguística da Amazônia. Barros (2003), em *Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII e XVIII)*, fez uma análise da política linguística jesuítica na área que correspondia ao Estado do Maranhão. Barros considerou o período compreendido entre a chegada do Padre Antônio Vieira à região, em 1653, e a expulsão do também jesuíta João Daniel, em 1757. Segundo informa a autora, Vieira, que passou nove anos na região, elaborou o “Regulamento das Aldeias Indígenas do

Maranhão e Grão-Pará”; João Daniel, na prisão, elaborou *O tesouro descoberto no Rio Amazonas*, em que descreveu a situação social, econômica e linguística daquela área – esses documentos, além de oferecerem testemunhos sobre a situação linguística da época são eles próprios instrumentos de uma política de língua jesuítica para o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em sua pesquisa, Barros (1993) observa que, em virtude de estar situada numa área de grupos étnicos não-tupi, a produção de gramáticas, dicionários, catecismos e rotinas litúrgicas pelos Jesuítas para uso com as populações indígenas das missões ou reduções, teve como principal efeito a tupinização de grupos não-tupi (designados como tapuias). Barros (1993) exemplifica o caso específico dos chamados nheengáiba (em tupi: “má linguagem”), grupos situados no baixo Amazonas. A autora nos informa que, embora a composição étnica do grupo seja difícil de precisar (o Padre Antônio Vieira incluiu na categoria povos mapuases, mamayanás, aruan, anayás, mapuás, paucacás, guajarás e pixipixi), é certo que não se tratavam de grupos da família linguística tupi-guarani.

Segundo Barros (2003), o processo de tupinização desses povos consistiu na implementação de diversas medidas que, em conjunto, impuseram a essas populações, ao longo de um século, o abandono de suas línguas em favor de uma língua geral. Entre os instrumentos da política de tupinização, a autora menciona: a fundação das aldeias de descimento, a formação de intérpretes nas línguas não-tupi com o fim de fazerem os primeiros contatos com os indígenas a serem descidos, a produção de breves catecismos em línguas tapuia (como os das línguas manaos e kiriri), a constituição de aldeias de descimento com grupos tupi e não-tupi e a standardização de catecismos na língua tupi.

Embora localizada numa temporalidade específica, a instituição dessa política primeira produz efeitos até hoje. Uma prova disso é colocada por Freire (2010), que discutiu *As relações históricas entre o português e o nheengatu nos universos urbano e rural da Amazônia*. No texto, que é uma atualização de um capítulo do seu livro *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*, publicado em 2004, o autor relata, por exemplo, que, no curso de poucas gerações, os Kokama, um grupo que originalmente ocupava o Alto Solimões e as confluências do Amazonas com os rios Napo, Ucayali e Huallaga, deixaram de falar (foram forçados, na verdade), no curso de poucas gerações, a língua kokama para falar a língua geral amazônica, de modo que hoje aquela língua se encontra em perigo.

O que aconteceu com os kokama, acontece também com os baniwa e os tucano, na região de São Gabriel da Cachoeira, processo observado também por Schrader-Kniffi (2010). No conjunto, esse processo tem como consequência o próprio abandono do nheengatu em favor da língua portuguesa, com implicações étnicas e sociais diversas.

Assinado em 3 de maio de 1757 pelo Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário* é frequentemente citado em discussões sobre a implantação e difusão da língua portuguesa no Brasil como sendo o documento que marca uma política de imposição da língua portuguesa para as populações indígenas do Grão-Pará e Maranhão e, depois, para o Estado do Brasil.

Composto de 95 parágrafos, é o sexto aquele que contém a definição explícita da política linguística a ser implantada pelos novos agentes responsáveis pelo que Almeida (1997) chama de “secularização” do controle sobre os povos indígenas do norte do Brasil. Eis o parágrafo na íntegra:

6 Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, *será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.* (ALMEIDA, 1997, Apêndice, p. 3 – grifo meu).

O grifo ressalta a exortação do Marquês aos diretores dos índios: eles deveriam fazer todo o empenho para a utilização da língua portuguesa e deviam proibir a utilização das línguas próprias das diversas etnias indígenas bem como da língua geral. É por essa ordem explícita que o *Diretório*, um documento com força de lei, é tomado como marco da primeira política de imposição (talvez oficialização) da língua portuguesa no Brasil. Sem dúvida, esse procedimento, o de tentar definir/interferir, via recurso legal, a situação linguística de uma população expressa bem o que Calvet (2007) designou de política linguística *in vitro*, configurando uma ação do planejamento linguístico sobre o *status* da língua – independentemente do grau de distância entre o que foi planejado e o que se configura *in vivo*.

É conhecida já a discussão sobre a eficácia (ou falta dela) do *Diretório* quanto a conseguir fazer da língua portuguesa, a língua do Brasil, ao menos no período de sua vigência. O próprio *Diretório* sugeria aos diretores que tivessem alguma paciência para com os índios nesse sentido, tanto que um período de dois anos foi concedido para o pleno vigor do que ali era estabelecido. Ainda hoje na região amazônica o nheengatu, continuação histórica da LGA, resiste, sendo falado por um total estimado de 6000 pessoas em São Gabriel da Cachoeira, onde é língua oficial.

Para além disso, autores como Vitral (2001), Lobo, Machado filho e Mattos e Silva (2006) e Argolo (2016), por exemplo, fornecem diversos elementos que sustentam a hipótese de que o fato de a língua portuguesa ter se tornado língua majoritária em todo o território brasileiro, mesmo na região Norte, não se deve exatamente à ação do Marquês de ter posto aquela determinação no *Diretório*. Vitral (2001) destaca processos muito mais importantes para a “vitória” da língua portuguesa, como a dizimação de quase 40 mil cabanos na Guerra dos Emboabas (1840), a Guerra do Paraguai (1865-1870), a introdução da navegação a vapor na Amazônia e o ciclo da borracha, agentes de lusitanização da área. Lobo, Machado Filho e Mattos e Silva (2006) apresentam indícios de uma língua geral falada no sul da Bahia, com base em um documento de 1794 – 37 anos depois de o *Diretório* ter sido instituído. Argolo (2016), sintetizando os resultados de sua tese, com base em farta documentação, confirma a existência de uma língua geral no sul da Bahia nesse período. Mais recentemente, em sua *História sociopolítica da língua portuguesa*, o professor Faraco (2016, p. 98-120) também abordou essa questão retomando, inclusive, essas observações.

Ainda assim, a questão quanto ao porquê de o *Diretório*, mesmo sendo explícito quanto à política de imposição da língua portuguesa, não ter logrado êxito continua sendo objeto de especulação e pode ser vista em outra perspectiva. Com base no estudo de Almeida (2007), consideramos que a eficácia do *Diretório* para a “vitória” da língua portuguesa sobre as demais será mais ou menos evidente a depender do ponto de vista com que se considera o documento. Se for visto como um texto cuja finalidade era impor a língua portuguesa é evidente que ele não poderia alcançar sucesso, especialmente pelo fato de que, na verdade, a questão linguística não é foco do documento.

Almeida (1997) caracteriza o *Diretório* como um projeto de “civilização”, uma vez que texto, com seu caráter *programático* – é um programa de instruções aos

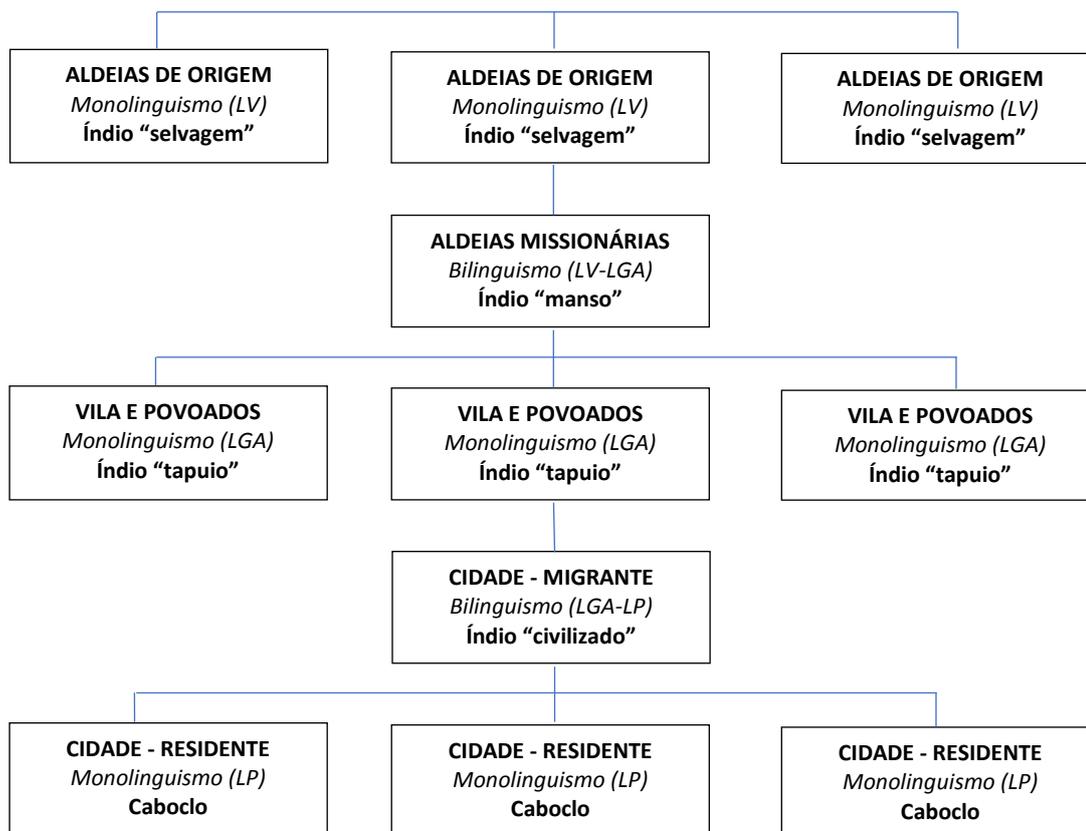
diretores de povoações indígenas sobre como lidar com os índios a fim de dar-lhes a condição de “civilizados” –, enquadra-se num contexto geral de secularização das relações entre a coroa portuguesa e os nativos. Essa secularização implicava a destituição do poder dos padres Jesuítas sobre a administração das missões e reduções; implicava estabelecer-se o Estado acima das demais instituições. Informa Almeida (1997) ainda que até mesmo os bens constituídos ao longo do trabalho secular dos missionários foram destituídos. Assim, o *Diretório* deve ser visto num contexto mais amplo de uma luta entre o poder secular e o poder espiritual na colônia e considerado como um documento fruto de uma política externa, bem mais ampla que o contexto brasileiro.

Almeida (1997 p. 131-139) destaca três aspectos que marcam o texto do *Diretório*, como Programa que este é: i) “amplitude de visão e desejo de mudança” (no documento, até mesmo os hábitos de moradia, a forma das construções a ordenação das vilas indígenas é regulado); ii) “a articulação de diferentes objetivos em um mesmo programa de trabalho” (o texto define até o perfil dos novos diretores de índios, estabelece uma hierarquia de funções entre os índios e orienta o tratamento diferenciado que devem receber os índios e suas famílias conforme suas funções dentro das povoações); a “direção” do texto é ser um “conjunto de metas que servem de guia de ação” (regula uma série de ações quanto ao cultivo, à alimentação, à comercialização da produção excedente, aos costumes dentro das casas, aos usos linguísticos).

Assim, ainda quanto à questão mais específica da eficácia do *Diretório* no que tange à questão linguística, entendemos que, se encarado nessa visão de programa, com um alcance longo, como demonstrou Almeida (1997), podemos dizer que a política linguística projetada no *diretório* produz efeitos até hoje. Ela foi planejada, na verdade, para isso. Esses efeitos residem principalmente no fato de que, embora ainda hoje o próprio nheengatu e outras línguas indígenas tenham sobrevivido à investida civilizatória e lusitanizante dos colonizadores, muitas dessas línguas estão ameaçadas, com suas funções sociais cada vez mais restritas e com sua transmissão geracional comprometida, abrindo cada vez mais espaço para o monolinguismo em português em muitas comunidades indígenas.

Freire (2010) nos fornece um cenário elucidador, nesse sentido, ao fazer um mapa do uso da LGA com base em documentação do século XIX e no contexto do século XX. O autor fornece um esquema, reproduzido a seguir, que retrata o caminho de populações indígenas da Amazônia rumo ao monolinguismo em português.

Imagem 1: Identidade e deslocamento linguístico na Amazônia Brasileira



Legenda:

LV: língua vernácula

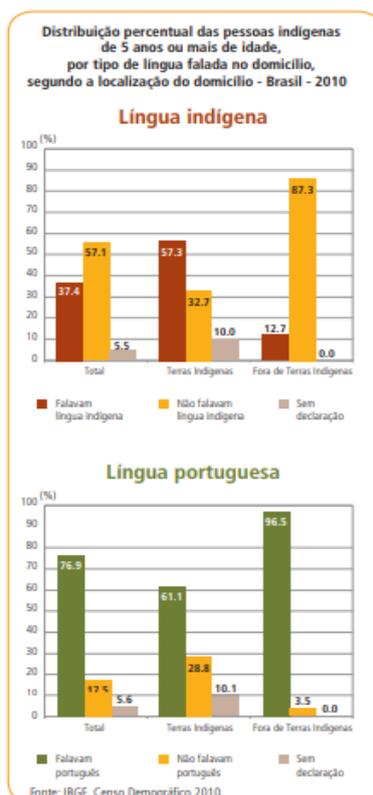
LGA: língua geral amazônica

LP: língua portuguesa

Fonte: Freire (2010, p. 188).

O esquema retrata que no processo de avanço da língua portuguesa entre as populações indígenas do Pará e do Amazonas, há não só uma “mudança” de língua, mas também uma mudança identitária, passando a ser considerado como “civilizado” o indivíduo que abandona a língua indígena e se torna falante do português. Em continuação, Freire (2010) demonstrará que o caminho “selvagem”- “caboclo”, designações dadas pelos colonizadores e com forte representação social até hoje, está diretamente relacionado também ao caminho campo/aldeia-cidade, uma vez que as chances de domínio tanto da LGA quanto de qualquer outra língua indígena está diretamente associado com o nível de vinculação identitário e territorial das populações indígenas. Voltando ao texto do *Diretório*: ele previu exatamente isso. Pretendeu que os índios saíssem das aldeias (dos “sertões”) e passassem a residir em vilas, povoados, cidades. Somente na cidade os hábitos da “civilidade” (entre eles abandonar a “diabólica” língua geral e/ou qualquer outra língua em favor do português) se tornariam plenos.

Esse estado de coisas está demonstrado também no último Censo Demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual um total de apenas 37,4% das 896.917 pessoas que se declararam como indígenas falam uma língua indígena em seu domicílio. O Censo de 2010 do IBGE apresenta o dado de que, no Brasil, 57,7% da população indígena vivem em terras oficialmente reconhecidas como indígenas. No que tange às línguas faladas por essa população, o Censo identificou 305 etnias e 274² línguas indígenas faladas no Brasil. O gráfico a seguir sintetiza a situação.



Note-se que o gráfico informa que, fora das terras indígenas, apenas 12% das pessoas que se declaram indígenas falam uma língua indígena. O projeto de colocado no *Directorio* previa justamente a construção de cidades e a migração para elas dos povos indígenas como condição básica de “civilidade” para essas pessoas, vistas como “selvagens” e incapazes de conduzir seus próprios destinos. E essa condição passava também, evidentemente, pelo domínio exclusivo da língua portuguesa.

Esses dados, pois, revelam um dos caminhos havidos entre o “multilinguismo generalizado”, que marcou ainda os dois séculos iniciais do processo de colonização do território, e o “multilinguismo localizado”, marca do atual Brasil, já que a grande diversidade linguística, no que tange à situação dos povos indígenas, está concentrada especialmente na Região Norte, sobretudo no Estado do Amazonas, onde vivem mais de 168 mil indígenas.

As políticas linguísticas mencionadas tiveram como alvo um segmento étnico e linguístico específico em uma área também específica do território brasileiro.

Obviamente a história glotopolítica do Brasil constitui um conjunto de ações de variados níveis de alcance (e até meios para isso) conforme o espaço geográfico e as populações implicadas. Por falta de tempo é que não discutimos a situação das línguas africanas chegadas aqui. Diversos autores, a exemplo de Mattos e Silva (2004) e Bonvini (2008), costumam apontar que o gigantesco número de pessoas sequestradas do continente africano e colocadas aqui em regime de escravidão falavam um conjunto de, ao menos, duas centenas de línguas provenientes de diferentes áreas do continente africano, em razão das rotas de tráfico de pessoas empreendidas ao longo de todo o processo escravagista.

Se hoje, nem mesmo na Bahia, o Estado que mais recebeu gente escravizada no período colonial, não temos notícia de nenhuma língua africana correntemente falada por um grupo étnico específico (para além do uso ritual nas religiões de matriz africanas), certamente foi executada uma política linguística (no fundo, uma *necropolítica*, nos termos de Mbembe (2018)), a ponto de garantir ações de impedimento à formação de grupos étnicos coesos, de desagregação de núcleos familiares, de esvaziamento semântico, de anulação do valor funcional e identitário dessas línguas, de massacres étnicos, enfim. O próprio *Diretório*, por exemplo, no parágrafo 10, expressava uma proibição de que os índios fossem tratados como negros, nome considerado abjeto pelo Marquês e que designaria, na sua concepção, os indivíduos naturalmente destinados à escravidão. Privados de sua humanidade, resta evidente que até o silêncio sobre as línguas africanas no documento indica que elas nem desse *status* gozavam – o que, em si, já pode ser tomando como uma ação de política linguística.

Finalmente, cabe a observação de que, no período pós-colonial, foi empreendida ao menos uma política específica de repressão a línguas de imigrantes europeus (principalmente o alemão e o italiano) chegados no final do século XIX por meio da chamada Campanha de Nacionalização do Ensino, empreendida no período do Estado Novo, como informa Kreutz (2003). Essa política foi instituída e estruturada mediante quatro dispositivos legais: Decreto 406, de maio de 1938; Decreto 1.006, de 10 de dezembro de 1939; Decreto 1.545, de 25 de agosto de 1939; Decreto 3.580, de 3 de setembro de 1941. Com ela, todo tipo de perseguição à língua alemã e à italiana foram empreendidos pelas forças de segurança do Estado Novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU: MESMO LOCALIZADO, O MULTILINGUISMO PERSISTE

O principal objetivo deste texto foi argumentar na direção de que o estudo da história social linguística do Brasil é um estudo da história das políticas linguísticas implantadas no Brasil. O texto buscou também fazer uma referência a duas ações políticas que elegeram como alvo as populações indígenas, especialmente as da região norte do Brasil no período colonial. Cada uma dessas políticas, a Jesuítica, que ajudou a difundir uso da língua geral, e a Pombalina, que pretendia impor o uso exclusivo da língua portuguesa, teve, com alcances

diferentes, na interpretação aqui apresentada, o seu papel na redução do multilinguismo brasileiro.

Contemporaneamente, um efeito simbólico dessa história brasileira de glotocídios é a ideia falsa, mas bastante popular, de que no Brasil só se fala português (ou mesmo que *todos* os brasileiros falam português) e que *a língua* dos índios foi o tupi. Entretanto, é importante frisar: o **Brasil é um país multilíngue**. Esse multilinguismo – localizado, na designação feliz de Mattos e Silva (2004) – resiste, persiste, ainda que de um total estimado de 1.275 línguas indígenas (Cf. Rodrigues, 1993) faladas à época da invasão dos colonizadores, cerca de 210 (conforme o cálculo dos linguistas) ou mesmo 274 (conforme declarou o conjunto da população indígena ao Censo de 2010 feito pelo IBGE) seguem sendo faladas no Brasil, além da Libras, da língua de sinais Urubu-Kaapor e das estimadas 30 línguas alóctones faladas por descendentes de imigrantes europeus dos séculos XIX e XX (OLIVEIRA, 2008).

Mais recentemente, a partir de 2002, um conjunto de ações políticas resultaram na co-oficialização da Libras como língua nacional, ao lado da portuguesa, e na co-oficialização de várias línguas indígenas ou de imigrantes em diferentes municípios brasileiros. Essas ações de co-oficialização, assessoradas em boa parte pelo Instituto de Política Linguística (<http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/>), demonstram além da atenção ao multilinguismo brasileiro por parte do poder público, o importante, necessário e devido envolvimento de linguistas brasileiros na pesquisa acadêmica socialmente responsável e politicamente engajada que resulte na atuação glotopolítica de valorização, preservação e modificação do *status* político, social e educacional das línguas brasileiras.

Notas

¹ Registro aqui meu agradecimento pelo convite para participar deste volume aos professores Natival S. Neto e Matheus Oliveira, especialmente a este último, que, por ocasião do seu tirocínio docente para o seu curso de doutorado, promoveu debates interessantes sobre a língua portuguesa no Brasil e me apresentou a proposta de escrever para o dossiê. Agradeço ainda à professora Tânia Lobo (UFBA), que me deu a oportunidade de ministrar a disciplina A Língua Portuguesa Brasil, atividade que me permitiu desenvolver as reflexões que apresento neste texto.

² No Folder *O Brasil Indígena*, o IBGE observa que “Os resultados do Censo 2010 apontam para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Essas declarações ultrapassaram as estimativas iniciais feitas pela FUNAI. Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia”.

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios**: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília; EdUNB, 1997.
- ARGOLO, Wagner. As línguas gerais na história social-linguística do Brasil. **PAPIA**, São Paulo, 26(1), p. 7-52, Jan/Jun 2016.
- BARROS, Maria Cândida D. M. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). **Línguas gerais**: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. P. 85-112.
- BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo; Contexto, 2008. p. 15-62.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas lingüísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, IPOL. 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. As relações entre o português e o nheengatu nos universos rural e urbano da Amazônia. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 183-210.
- HAMEL, Rainer Henrique. La política del lenguaje y el conflicto interétnico – problemas de investigación sociolingüística. ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Política lingüística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 41-74.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil indígena**. Folder. Disponível em: <
https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>.
Acesso em: 01 de maio de 2019.
- KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 347-370.
- LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política lingüística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.
- LOBO, Tânia. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. **Estudos de lingüística galega**, n. 7, p. 69-82, 2015.
- LOBO, Tânia; MACHADO FILHO, Américo; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO, Tânia et al. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 609-630.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018 .

OLIVEIRA, Gilvan Müller. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: IPOL, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; SOUZA, Tânia C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Política lingüística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988. p. 27-40.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p.143-161.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D. E. L. T. A**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

SCHRADER-KNIFFKI, Martina. O nheengatu atual falado na Amazônia brasileira. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 211-229.

VITRAL, Lorenzo. Língua geral *versus* língua portuguesa: a influência do “processo civilizatório”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 303-315.

Para citar este artigo

SANTOS, G. dos. “Do multilinguismo generalizado ao multilinguismo localizado”: políticas de redução da diversidade linguística na história social linguística do Brasil. **MACABÉA – REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, CRATO, V. 8., N. 2., 2019, p. 237-254.

O Autor

Gredson dos Santos é doutor (2012) e Mestre (2006) em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (Área de concentração: Linguística Histórica - UFBA). Possui graduação em Letras Vernáculas (2003) pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é Professor Adjunto I de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, vinculado ao Instituto de Letras. Integra o quadro docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) pela UNEB/Campus V e é docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC) da UFBA. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialetoлогия, atuando principalmente nos seguintes temas: variação fonética no português Brasil, história social do português brasileiro e ensino de língua portuguesa. É líder do Grupo de Pesquisa Estudos do Português Popular da Bahia.